



DIFUSÃO ESPACIAL DA IGREJA CATÓLICA EM MACEIÓ/AL-BRASIL

Bruno Leandro Freitas de Carvalho
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil
brunoleandro@uol.com.br

Maria Augusta Mundim Vargas
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil
gutamundimvargas@gmail.com

RESUMO – O presente artigo busca compreender a dinâmica da espacialização da Igreja Católica em escala regional pela organização das dioceses de forma a compreender a escala local, no município de Maceió, pela criação das paróquias. Para tal, apreendemos os atributos que qualificam as temporalidades, em levantamentos bibliográficos e em documentos coletados na Cúria Arquidiocesana de Maceió. Os resultados sinalizam que é possível afirmar que a espacialização eclesial foi fundamental para garantir o controle, domínio e a manutenção do território da Igreja Católica maceioense.

Palavras-chave: Espacialização; Territórios; Refuncionalização; Igreja Católica.

SPATIAL DISSEMINATION OF THE CATHOLIC CHURCH IN MACEIÓ/AL-BRAZIL

ABSTRACT – This article seeks to understand the dynamics of the spatialization of the Catholic Church on a regional scale through the organization of dioceses in order to understand the local scale, in the municipality of Maceió, through the creation of parishes. To this end, we learned the attributes that qualify temporalities, in bibliographical surveys and in documents collected in the Archdiocesan Curia of Maceió. The results indicate that it is possible to affirm that ecclesiastical spatialization was fundamental to guarantee the control, dominance and maintenance of the territory of the Maceio Catholic Church.

Keywords: Spatialization; Territories; Refunctionalization; Catholic church.

INTRODUÇÃO

O método que a Igreja Católica utilizou para espacializar-se no território brasileiro ainda enquanto colônia portuguesa, foi baseado em um modelo engendrado pelas características de movimento e pausa na conexão de tempo e espaço, tal como colocado por Corrêa (2019). Para ele, a difusão espacial é um processo espaço-temporal no qual um item, seja ele econômico, social ou político, espraia-se a partir de um foco inicial (p. 289).

Essa espacialização sofre alterações em determinados períodos, sendo refuncionalizada (Corrêa, 2019), ocasionando a criação de novas formas, no caso da Igreja Católica, a criação de dioceses, oriundas dos territórios eclesialísticos já existentes em um processo de movimento-pausa na conexão de tempo e espaço.

O movimento é inerente à temporalidade o que caracteriza o processo, culminando em criação, desenvolvimento e transformação. A criação envolve agentes sociais que criam espaços em suas manifestações diversas. Em nosso caso, destacamos a Igreja Católica, como um importante agente social, exercendo uma prática espacial na instalação de capelas, criação e distribuição

das dioceses, como modo legítimo de propagar a fé cristã, garantindo o controle do território em relações de poder.

Desde 1500, toda a organização religiosa do território do Brasil-colônia pertencia administrativamente à diocese portuguesa de Funchal, até ser criada a diocese de Salvador na Bahia em 1551. Após esse fato é observada uma pausa nas circunscrições territoriais católicas até o ano de 1676, quando é criada a diocese de Olinda e Recife, onde atualmente está situado o estado de Pernambuco.

Segundo Correa (2019, p. 289), a criação da forma é gerada pelo processo que está em movimento, e este sofre breves ou grandes interrupções culminando na criação. Graças ao movimento e à pausa, os processos e as formas são produzidos e reproduzidos e qualificam a temporalidade e espacialidade.

O desenvolvimento é caracterizado pelo movimento ocasionado pelas mudanças nos processos. Neste sentido, é possível observar a movimentação da criação e desmembramento das dioceses por todo o território brasileiro na tentativa de organizar espacialmente a Igreja Católica, garantindo o controle do território.

A constância do movimento produz efetivamente transformações nos processos e conseqüentemente nas formas. Em relação à organização espacial da Igreja Católica, vale destacar a refuncionalização das formas criadas no passado, atribuindo a elas novas características diferentes das originais. Por vezes no desmembramento de uma diocese, um município específico torna a ser ligado a uma nova estrutura eclesiástica diocesana, passa a ter um novo pároco e conseqüentemente um novo bispo. Da mesma forma, quando uma comunidade que possui uma capela e está ligada a uma paróquia longínqua, elevada à categoria de Igreja Matriz, transformando-se em uma paróquia.

Esse artigo apresenta os atributos que qualificam a temporalidade com base no texto de Corrêa (2019). Para subsidiar a análise dos movimentos e pausas no processo de espacialização da Igreja Católica no Brasil realizamos levantamento de documentos históricos quais sejam, registros da criação da diocese de Maceió e livros de tombos das paróquias maceioenses na Cúria Metropolitana, bem como de fotos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Para Trivinos (1987), a pesquisa documental consiste em um estudo descritivo que fornece ao pesquisador a possibilidade de reunir uma gama de informações acerca do fenômeno estudado. Essa compreensão foi importante para o desenvolvimento da dissertação de mestrado sobre os Multiterritórios da Igreja Católica em Maceió, em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Com efeito, ao esforçar-nos na compreensão da espacialização da Igreja Católica no município de Maceió, consideramos o que propõe Turato (2004), ao evidenciar que não é propriamente o estudo do fenômeno em si que interessa aos pesquisadores, e sim a significação que tal fenômeno exerce a quem o vivencia. Dessa forma, efetuamos a coleta de dados, buscando compreender o dinamismo da dispersão espacial da Igreja Católica, considerando o contexto da escala nacional à escala local, nesse caso, tomando o município de Maceió como recorte espacial da pesquisa.

O texto está apresentado em quatro partes além dessa introdução. Na sequência, inicialmente procuramos abordar a criação dos territórios eclesiásticos, através da instalação das primeiras dioceses brasileiras, situando o papel da Igreja Católica desde o descobrimento do Brasil até o século XVIII, com a reforma pombalina.

Avançamos na próxima seção com a demonstração do desenvolvimento das práticas espaciais católicas garantidoras do controle do território brasileiro, através da instalação das primeiras divisões regionais do poder episcopal, culminando no domínio e controle do território.

Na terceira seção, procuramos trazer as transformações de forma transversal, desde o desmembramento da diocese pernambucana culminando na fundação da diocese de Maceió, até

nossos dias, em que pese as mudanças de funções, competência e poder, pelos movimentos e pausas nas conexões do tempo e do espaço. Por fim, concluímos este artigo com as considerações finais.

CRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS CATÓLICOS-BRASILEIROS

A ação da Igreja, como agente social, se realiza em um dado tempo, desenvolvendo relações de poder ao usar o território brasileiro, desde os primórdios da sua introdução na colônia por meio da imposição da fé católica aos habitantes nativos. A relação entre a Coroa Portuguesa e a Igreja favoreceu o controle e o domínio territorial através da expansão legítima da religião católica em detrimento da cultura e da fé que os povos indígenas já possuíam.

Com a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil na metade do décimo sexto século, a fé católica fora oficialmente entronizada, por intervenção da Coroa e pela atividade das ordens religiosas. Como bem atesta Rosendahl (2012), é destacada a ação da Companhia de Jesus, que liderada por Manoel de Nóbrega, impunha uma nova tradição religiosa aos índios que já habitavam essas terras, por meio da catequização,

A data declarada como marco inicial dos portugueses na Terra de Santa Cruz consta em 22 de abril de 1500. Quatro dias depois fora celebrada a primeira missa em solo brasileiro, pelo bispo Dom Henrique de Coimbra, integrante da comitiva de Pedro Álvares Cabral. Esta celebração foi realizada na praia de Coroa Vermelha, litoral Sul do atual estado da Bahia.

Através da bula papal *Dudum pro parte*, de 31 de março de 1516, Sua Santidade, o papa Leão X, instituiu o regime do padroado à todas as colônias portuguesas. À Igreja cabia o controle da educação e das almas dos fiéis, estando presente desde o início da vida com o batismo, até a morte, com os funerais das pessoas, garantindo assim uma imposição de respeito, mas também, o controle do território. Isso se dava através da instalação de oratórios, capelas e freguesias - antiga definição portuguesa de paróquia, na qual um território é subordinado à uma jurisdição espiritual de um sacerdote que exerce o papel religioso e espiritual (FAUSTO, 2013).

O regime do padroado garantiu, assim, uma concessão importante da Igreja à Coroa que administrava os dízimos, remunerava os sacerdotes, escolhia e nomeava os bispos. Fausto (2013) pontua a ação do governo português para supervisionar todas as atividades eclesiais, com a criação de um departamento religioso: a Mesa da Consciência e Ordens

De 1532 a 1551, data da ereção da diocese de Salvador, foram criadas 10 paróquias no território da colônia pertencente à América Portuguesa (NUNES, 2022). Entre os anos de 1534 e 1536, o Rei de Portugal, Dom João III, objetivando fomentar a ocupação territorial dividiu o território brasileiro em 15 capitanias hereditárias, contudo, a administração do imenso território da colônia se tornou mais efetivo após a criação do governo geral do Brasil, sendo instalado na Bahia em 1548. Na comitiva chegada às terras baianas, estavam presentes o primeiro governador geral, Tomé de Sousa e aproximadamente seis padres jesuítas, sob a liderança do Padre Manoel da Nóbrega que solicitara a D. João III a criação de um bispado no Brasil. Seu desejo foi atendido pelo Sumo Pontífice em 25 de fevereiro de 1551.

A influência católica no território português da América teve uma notória influência pelas ordens religiosas, em especial a ordem Jesuíta, cujo apogeu se fez até segunda metade do século XVIII. Registra-se, segundo Fausto (2001), a posse administrativa do ministro Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, que se ocupou em modernizar a administração pública e ampliar os lucros provindos da exploração colonial.

Ainda como assevera Fausto (2001), como ministro geral da corte, o Marques de Pombal realizou algumas reformas, tais como: removeu atribuições do Conselho Ultramarino; criou companhias de comércio com intuito de fomentar uma ampliação do fluxo de transações comerciais entre a colônia e a metrópole; formulou o erário régio que controlava os gastos dos funcionários reais e ainda, providenciou a expulsão dos jesuítas do Brasil. Tal medida pôs fim

às disputas entre colonos e jesuítas por conta da questão da exploração de mão-de-obra indígena, prática apoiada pelos colonizadores e repudiada pelos religiosos da Companhia de Jesus.

Com a expulsão dos jesuítas, validada inclusive pelo papa Clemente XIV, as terras desta ordem foram exploradas economicamente pela Coroa e suas casas religiosas foram leiloadas. Neste período é observada uma pausa na capilaridade das dioceses católicas que se estende até a criação da diocese de Porto Alegre em 1848. Sobre esse período, Rosendahl (2012, p. 69) pondera: “[...]de 1745 a 1848 representou mais conflitos do que harmonia na relação entre Coroa e Igreja. Exemplo contundente foi a expulsão definitiva dos religiosos do Brasil”.

DESENVOLVIMENTO DA ESPACIALIZAÇÃO ECLESIAÍSTICA

Como já colocado, todo o território do Brasil-colônia pertenceu à diocese portuguesa do Funchal de 1500 a 1551, responsável pelo governo da fé católica de todas as colônias portuguesas. O movimento que faz gerar o processo, modelou a primeira diocese brasileira, criada em Salvador (1551), sob o patrocínio de São Salvador, título dado a Nosso Senhor Jesus Cristo. De 1551 a 1676 ocorreu uma pausa na espacialização da Igreja. Neste período observamos apenas a vinda de ordens seculares, como os beneditinos, franciscanos e carmelitas.

Corrêa (2019) afirma que processos e formas exibem um limite no tempo que tange a sua existência e reprodução. Os movimentos tendem a transformar-se gerando outras formas, ou então desaparecem. Na criação e desmembramentos das dioceses brasileiras, observamos a geração de formas e a descentralização da gestão administrativa, diluindo o poder em outros agentes eclesiásticos, novos bispos e, conseqüentemente, novos padres responsáveis por novas paróquias, visto que as primeiras dioceses que possuíam grandes limites territoriais foram desmembradas, deram origem à novas unidades diocesanas e assim funciona até o presente século XXI.

Rosendahl (2012, p. 244) atesta que “a expansão política em nome da fé legitimava a conquista e a guerra contra os inimigos da fé cristã, estratégia política e religiosa aplicada, destacadamente pelos colonizadores e intensificada nos séculos XVI e XVII”. Impor o catolicismo romano aos primeiros habitantes do Brasil era a ideologia dos Jesuítas concretizando-se na conquista territorial mediante à sua submissão. A Igreja Católica inicia desta maneira um processo de organização, visando garantir a domínio e controle de um amplo território.

Sobre a estrutura eclesiástica, Rosendahl (2012, p. 57) coloca:

A divisão espacial em dioceses, paróquias e freguesias permitiu aos colonizadores maior controle do território brasileiro. A elas, cabia a função de organizar, permitir e controlar as práticas dos devotos, desempenhando o papel de gestão do território religioso, desde 1551. As paróquias, territórios religiosos de gestão do sacerdote pároco, representaram e representam no Brasil, territórios religiosos fragmentados, mas aglutinados em dioceses e controlados pela Unidade Territorial Central de gestão das práticas e atividades religiosas mundiais. Estamos falando do Vaticano.

A espacialização da Igreja Católica no Brasil configurou-se por meio da criação de dioceses e da construção de seminários, hospitais, colégios confessionais. Desta forma, partimos da análise da dimensão espacial na gestão do território por parte da Igreja, no objetivo de garantir o controle, domínio e manutenção da fé católica. Com efeito, Corrêa (1992) atesta que por gestão do território, entendemos o conjunto de práticas que objetivam a criação e o controle da organização espacial, suas funções e distribuição espacial, bem como da concentração e dispersão espacial que delimitam a organização do espaço em sua origem e dinâmica.

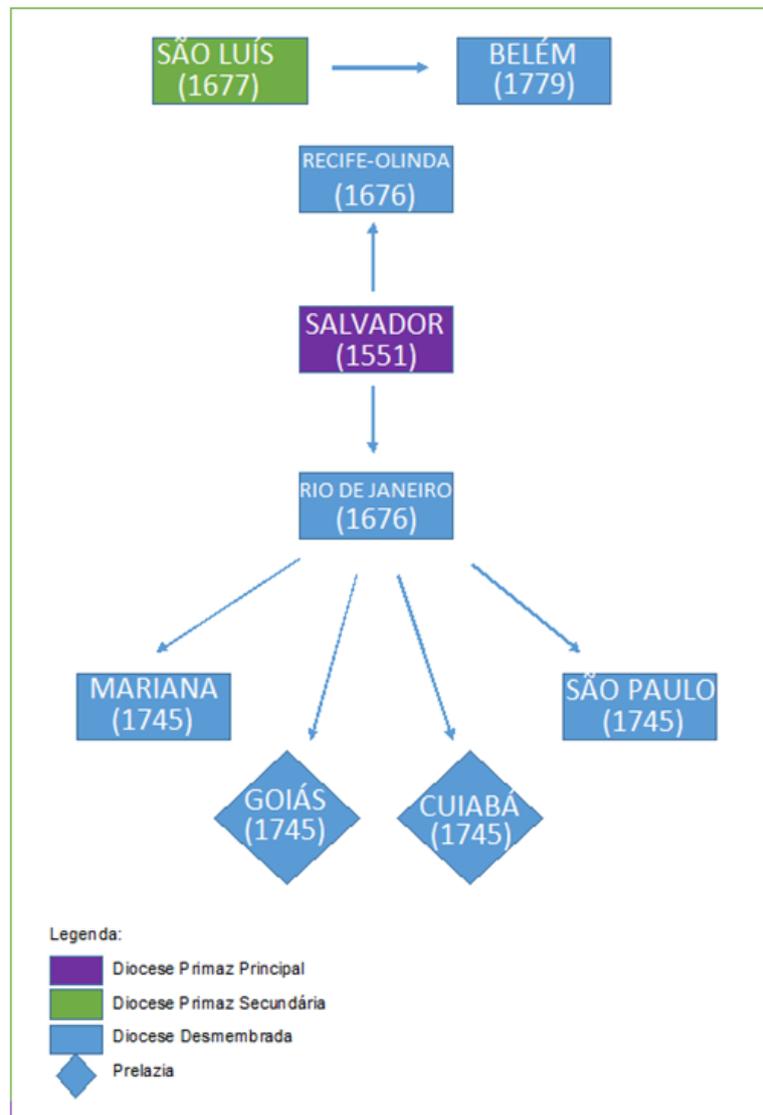
A difusão das dioceses no Brasil sempre procurou privilegiar as ocorrências de um determinado local. Neste sentido, o processo de capilarização da Igreja Católica no Brasil se solidificou em

duas fases. Rosendahl & Corrêa (2006) identificam o desmembramento da diocese de Lisboa com a criação da diocese Primaz Principal de Salvador (1551), bem como a de São Luiz, no Maranhão (1677). Complementarmente, registra-se, o Estado do Brasil teve capital em Salvador até 1763, e Grão-Pará e Maranhão, em São Luís até 1751.

A espacialização eclesiástica foi sempre lenta e descontínua no tempo, mas decisiva, no espaço brasileiro. Em 1581, aportam no Brasil os monges beneditinos que fundaram o primeiro mosteiro em Salvador na Bahia e o segundo no Rio de Janeiro em 1586. Somente em 1676, foram fundadas mais duas dioceses, uma com sede em Olinda e Recife e outra com sede no Rio de Janeiro, importantes estuários.

No ano de 1745, são instaladas quatro dioceses: Mariana, São Paulo, Goiás e Cuiabá, ambas desmembradas da diocese do Rio de Janeiro. Da diocese de São Luiz, deriva-se a de Belém, instalada em 1719. Todas essas unidades religiosas refletem a conjuntura político-econômica do Brasil na época. As dioceses de Mariana no estado de Minas Gerais e as de Goiás e Cuiabá estavam localizadas em área de mineração no interior do país (ROSENDAHL, 2012). A Figura 1 mostra o desenho das dioceses primazes e seus desmembramentos.

Figura 1. Brasil: dioceses e prelazias em 1800



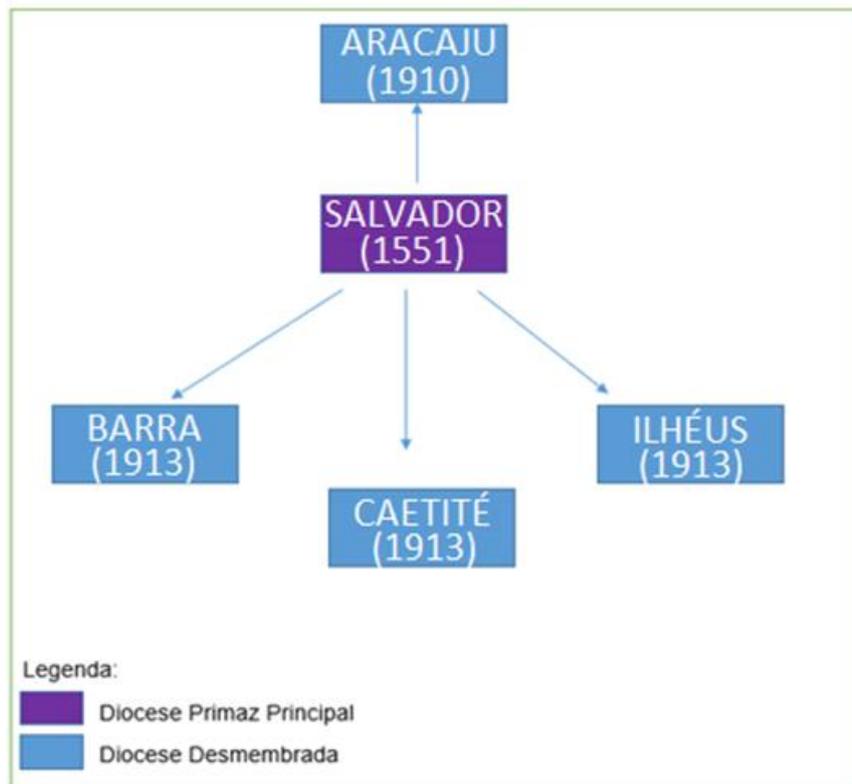
Fonte: Rosendahl, 2012. **Adaptação:** Autor, 2023.

A Primeira República - 1889 a 1930, foi marcada por inúmeros acontecimentos econômico-sociais, que influenciaram na estratégia da Igreja Católica para manutenção e difusão de seus territórios religiosos, levando-a a repensar suas ações territoriais de modo a atender à demanda de novos agentes espaciais, dentre outros, as classes médias urbanas, o operariado e os imigrantes (ROSENDAHL, 2012).

A Igreja Católica, nesse contexto, priorizou a criação de novas dioceses e prelazias. Novos territórios religiosos tornavam-se necessários para que o poder simbólico da Igreja fosse territorialmente materializado: as 68 dioceses e prelazias criadas entre 1890 e 1930 refletem esse contexto e a expansão desse poder (ROSENDAHL, CORRÊA, 2006).

A intensificação da ação da Igreja Católica resultou em uma ampliação de sua rede de dioceses e prelazias, associada a uma estratégia de difusão que se interiorizou no Brasil. A exemplo disso tem-se a criação da diocese de Aracaju em 1910 e das dioceses de Barra, Caetité e Ilhéus em 1913, desmembradas da diocese de Salvador. Muitas outras dioceses importantes foram criadas nessa época (ROSENDAHL, 2012). A esse respeito, a Figura 2 ilustra o adensamento da difusão espacial da Igreja na região Nordeste.

Figura 2: Brasil: dioceses e prelazias em 1930



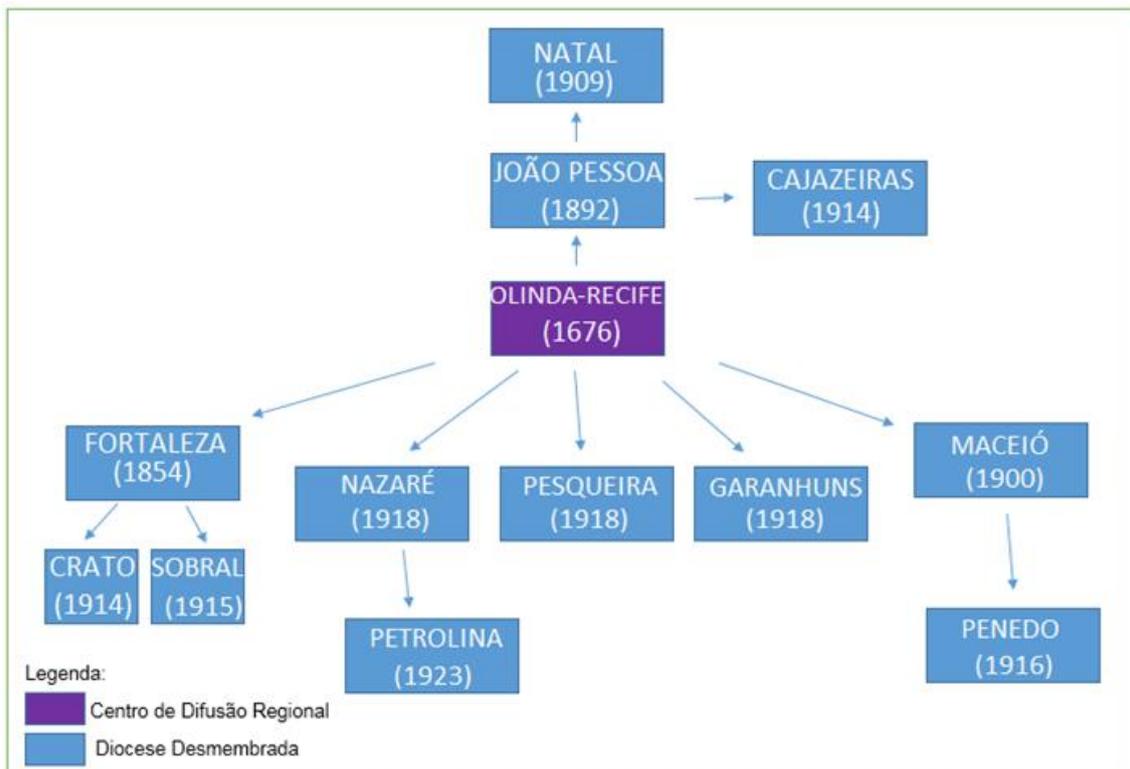
Fonte: Rosendahl, 2012. **Adaptação:** Autor, 2023.

Até 1930, a capilarização da Igreja Católica no país foi resultado de um processo de seletividade funcional, que, entretanto, era também espacial (Rosendahl, 2012). As práticas espaciais da Igreja variaram, visando consolidar mais eficazmente seus territórios, que segundo Rosendahl (2012), deve-se a dois motivos: o primeiro envolve a criação de dioceses em locais mais povoados e próximo o litoral; o segundo refere-se a atitude da Igreja de prestigiar cidades capitais administrativas. Assim, destacamos sete dioceses criadas entre 1890 e 1900 somente em capitais de estados brasileiros. Também observamos como estratégias territoriais, a formação de

dioceses em áreas de fronteiras, como em São Gabriel da Cachoeira, na Amazônia; Corumbá, fronteira boliviana; Uruguaiana, fronteira argentina.

Segundo a dinâmica do movimento-pausa, compreendemos as formas geradas pelos processos, ou seja, a criação de novas dioceses pelo desmembramento da diocese de Olinda e Recife (Figura 3), como estratégia da Igreja Católica para garantir a irradiação de sua presença e assegurar o controle da fé e é no contexto desse movimento que situamos a diocese de Maceió.

Figura 3: Brasil: dioceses e prelazias após 1930 - difusão a partir de Recife e Olinda



Fonte: Rosendahl, 2012. Adaptação: Autor, 2023.

A REFUNCCIONALIZAÇÃO DA FORMA – A CRIAÇÃO DA DIOCESE EM MACEIÓ

Em 16 de setembro de 1817, o estado de Alagoas foi emancipado de Pernambuco. Ainda assim, não possuía uma sede episcopal, visto que permanecera subordinado à circunscrição eclesiástica da diocese de Olinda e Recife. Poucas foram as visitas oficiais de um bispo olindense em terras alagoanas, devido às precárias condições de transporte à época e pela extensão do território eclesiástico diocesano.

Em 2 de julho de 1900, na gestão de Euclides Vieira Malta no estado e Antônio José Duarte no município de Maceió, o papa Leão XIII cria a diocese de Alagoas abrangendo todo o território do Estado, com sede na capital e assim, surge desmembrada do bispado de Olinda e a Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres é elevada à dignidade de Igreja Catedral (QUEIROZ, 2015).

Durante a gestão de Dom Antonio Brandão, o primeiro bispo de Maceió, a Igreja Católica amplia sua espacialização com a fundação de dois colégios confessionais, ainda na primeira década do século XX, o Colégio Santíssimo Sacramento (1904) e o Colégio Diocesano (1905). Conforme assevera Nunes (2022), seus objetivos principais eram propagar a fé católica no contexto republicano laico, defender os católicos da doutrina protestante e contribuir para a formação educacional das famílias mais abastadas do Estado. Neste sentido, observamos a

formação do município de Maceió atrelado aos interesses da Igreja Católica. Entre 1902 e 1909, Dom Antonio Brandão erigiu as primeiras paróquias no território maceioense delimitando suas áreas territoriais. Em sua evolução, alguns bairros de Maceió são nomeados de acordo com seu santo padroeiro, ou nomes de ruas são a estes dedicados, como por exemplo o bairro do Bom Parto que possui uma Igreja Matriz dedicada à Nossa Senhora do Bom Parto.

O Estado de Alagoas possui uma área de 27.830,661 Km² e a Arquidiocese de Maceió abrange superfície de 8.545 Km² (IBGE, 2022). Sua sede episcopal é formada eclesialmente pela Cúria Metropolitana que conta com 95 (noventa e cinco) paróquias, das quais 50 (cinquenta) estão instaladas na capital. Ainda, é responsável por 2 Seminários (Maior e Menor); 2 Santuários (Mariano e da Misericórdia); 1 Convento Franciscano (Capuchinho); 1 Centro Arquidiocesano Cultural Dom Santino; 1 Complexo Conventual (Museu de Artes Sacras Dom Ranulpho e Igreja Santa Maria Madalena); 1 Colégio Arquidiocesano Monsenhor Batista; 1 Centro de Assistência Social Juvenópolis; 1 Centro Social Dom Adelmo; 2 Casas para velhice (Casa do Pobre e Luiza de Marillac) e 1 Fundação São João Paulo II.

Nas primícias da espacialização em solo maceioense, a Igreja Católica erige seu primeiro templo católico, situado no coração da capital alagoana, a esse respeito, Tenório (2019) destaca um fato histórico importante:

O acontecimento que marcou época e se eternizou com história e estórias foi a visita do imperador dom Pedro II, quando, acompanhado da Imperatriz Teresa Cristina, em 31 de dezembro de 1859, presidiu a solenidade de inauguração da atual matriz, a Catedral de Nossa Senhora dos Prazeres, e se hospedou no palacete do barão de Jaraguá, sendo sua estada muito disputada pelos homens de bens da época. Sua passagem está marcada em monumento em frente à Assembleia, na praça que leva o seu nome (TENÓRIO, 2019, p.80).

Este templo marca a geo-história de Maceió pela presença do imperador na inauguração e, por firmar-se, por décadas, como único ponto de reunião e recreio dos munícipes. Anos antes, em 07 de setembro de 1851 a Igreja Católica já havia instalado a Santa Casa de Misericórdia, a mais antiga entidade médico hospitalar maceioense.

Em 27 de junho de 1865 é fundada uma nova paróquia no município de Maceió, devido ao crescimento urbano proporcionado pelas atividades portuárias. Essa Igreja é dedicada à Nossa Senhora Mãe do Povo e está situada no bairro do Jaraguá, onde está instalado o Porto de Maceió.

Após a criação das duas primeiras paróquias, ocorre uma pausa na difusão dos territórios paroquiais que dura até 1912, com a criação da Paróquia Nossa Senhora das Graças em 1912 e em junho de 1913, com a fundação da Paróquia de Santo Antônio de Pádua.

Em 30 de janeiro de 1923, o hidroavião Sampaio Correia aterrissa nas águas da Lagoa Mundáú; neste mesmo ano é inaugurado o Hotel Bela Vista, prédio de três andares com energia elétrica própria movida a gás; a inauguração da Companhia de Telégrafo, a Western Limitada, conectando Maceió à capital do Brasil; e em 31 de março de 1927, Maceió torna-se a segunda cidade brasileira a possuir um moderno sistema de serviço telefônico automático, ação testemunhada pelo então governador de Alagoas, Costa Rego, o prefeito da capital, Jayme de Altavila e o arcebispo dom Santino Coutinho (TENÓRIO, 2019).

Entre 1943 e 1967, são criadas mais 07 (sete) paróquias para congregar os fiéis católicos maceioenses, a saber: Paróquia Santa Rita de Cássia, em 18 de janeiro de 1943, instalada na avenida com o mesmo nome de sua padroeira; Paróquia São José Operário, em 25 de fevereiro de 1947; Paróquia Nossa Senhora do Bom Parto, em 08 de setembro de 1949; Paróquia São José, em 31 de maio de 1953; Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em 03 de abril de 1960; Paróquia Nosso Senhor do Bonfim, em 26 de setembro de 1963 e Paróquia Santa Luzia de Siracusa, em 14 de setembro de 1967. Nesse período, a capital alagoana tinha um modesto número de munícipes, segundo o censo do IBGE de 1970, constituída por 263.670 habitantes.

Um novo intervalo no processo de espacialização da Igreja pode ser observado em uma pausa que durou de 1968 a 1980, época aproximada à instalação do regime militar no país (1964-1985). Os Atos Institucionais, espécie de decretos com poder constituinte, credenciavam atividades típicas de ditadura, tais como: espionagem, censura e monitoramento de informações que garantiam um controle ideológico, revelando um tempo sombrio de incongruência entre a Igreja Católica e o governo militar. A esse respeito, pondera Freitas (2019):

A Arquidiocese de Alagoas também teve destaque nesse período com um discurso anticomunista que se configurava ao mesmo tempo com ações sociais, às quais tiveram na figura de Dom Adelmo Machado um grande representante. Era comum noticiários no Jornal O Semeador, com alusão à situação política, antes e depois do Golpe de 64. Trago aqui manchetes de Jornais: “Brevemente o Sr. João Goulart irá visitar vários países do velho mundo. Oxalá. S. Excia. Se demore por longo tempo longe do Brasil, pois na sua ausência teremos tranquilidade e segurança” “Consta que o Presidente da República patrocina a legalização do Partido Comunista e do cegetê, caruchas das instituições. Diante disso, cumpramos dizer: Presidente, Deus lhe dê em dobro o que vossência nos deseja” (FREITAS, 2019, p.24).

Na década de 1980, a capital alagoana se consolida como um destino turístico, em um período de expansão urbana de Maceió. Com efeito, Araújo e Carvalho (2023, p. 112) asseveram que, “Com o passar do tempo, a pressão populacional fez com que a cidade se expandisse em direção aos tabuleiros costeiros, que ofereciam bons terrenos para construção.”

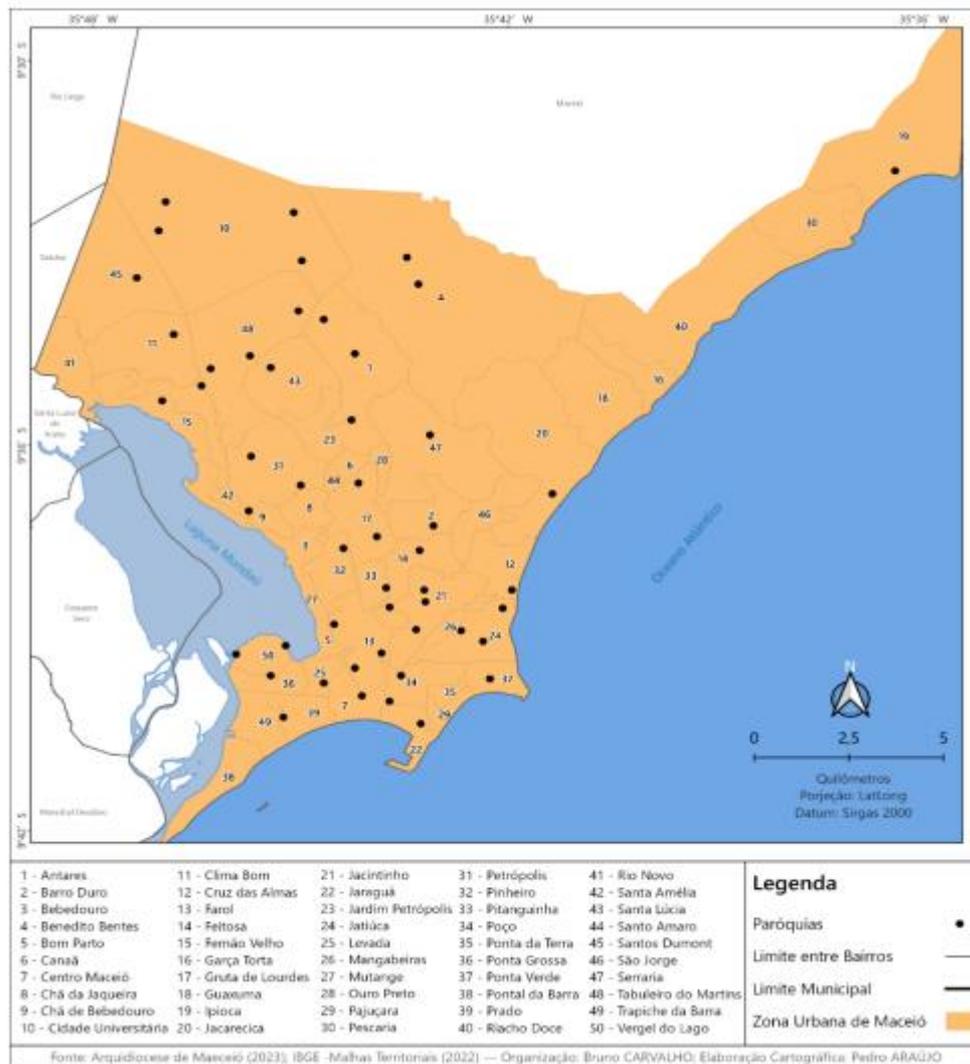
Destaca-se o aumento significativo do número de paróquias nas décadas de 1989/90 concomitante ao rápido crescimento da cidade. Nesse período são criadas 14 paróquias. Em 14 de agosto de 1981 apenas a Paróquia São Maximiliano Maria Kolbe, mas, em 25 de março de 1983 foram inauguradas 08 paróquias (oito) a saber: Menino de Jesus de Praga; Nossa Senhora de Lourdes; Nossa Senhora das Graças; Divino Espírito Santo; São Pedro Apóstolo; Nossa Senhora do Carmo; Nossa Senhora das Dores; São Judas Tadeu. Ainda neste ano, em 07 de dezembro é criada a Paróquia São Paulo Apóstolo e, no ano seguinte, em 24 de janeiro de 1984, a de Nossa Senhora Auxiliadora.

Na década de 1990, em 08 de dezembro de 1996 são criadas duas paróquias, sendo uma dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, e a outra a dois santos quais sejam, Santa Isabel e São João Batista. A última paróquia criada no século XX, em 13 de fevereiro de 1999, é dedicada à Nossa Senhora Virgem dos Pobres.

Durante o século XXI, até meados do ano de 2023, a Arquidiocese de Maceió criou outras 25 paróquias, quais sejam: Paróquia Nossa Senhora Rosa Mística; Paróquia Santa Catarina Labouré; Paróquia São João Maria Vianney; Paróquia São Vicente de Paulo; Paróquia Santa Terezinha do Menino de Jesus; Paróquia Imaculada Conceição de Nossa Senhora; Paróquia São João Evangelista; Paróquia São João Bosco; Paróquia Sagrada Família de Nazaré; Paróquia Santa Isabel; Paróquia Nossa Senhora das Dores; Paróquia São Francisco de Assis; Paróquia Nossa Sra. Rosa Mística e Santo Antônio; Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Paróquia Nossa Senhora do Ó; Paróquia Sagrado Coração de Jesus; Paróquia Universitária Santa Teresinha de Liseux; Paróquia Imaculado Coração de Maria; Paróquia São Miguel Arcanjo; Paróquia Nossa Senhora Virgem dos Pobres; Paróquia Nossa Senhora Aparecida; Paróquia São Lucas; Paróquia Nossa Senhora de Fátima; Paróquia Imaculado Coração de Maria e Paróquia São Pedro Pescador e São Francisco de Assis. O município de Maceió consolida-se como polo turístico regional e concentra aproximadamente 30% da população do Estado de Alagoas, saltando de 797.759 para 957.916 habitantes (IBGE, 2022).

A Figura 4 mostra a espacialização das 50 (cinquenta) paróquias instaladas em Maceió.

Figura 4: Distribuição das Paróquias de Maceió 1859-2023



Org. Autor, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o processo da espacialização da Igreja Católica no território brasileiro, pautamos sua difusão espacial desde o descobrimento do país, segundo a leitura de Correa (2019) sobre o processo espaço-temporal que espalha-se a partir de um foco inicial, no nosso caso, a espacialização da fé pela Igreja Católica apostólica romana, com sede no Vaticano/Itália. A espacialização da fé católica na organização de territórios religiosos disposta em escala local pelas paróquias e em escala regional pelas dioceses, facilitou o entendimento da visibilidade das estratégias utilizadas pela Igreja em seu objetivo de controlar e manter seus territórios.

Com criação das dioceses, observamos hierarquização mais ampla, mas também, o desenvolvimento do poder eclesiástico, facilitando o controle territorial pela gestão dos sacerdotes. Observamos que o movimento de criação de formas de gestão, o Papa em escala global, o Bispo em escala regional e o Padre em escala local, garantem o fluxo administrativo da Igreja ao longo de sua existência.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelos recursos provenientes da bolsa de mestrado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. B., CARVALHO, A. A. T. Usos Do Território Pelo Turismo Em Maceió-AL. GeoTextos: Revista Da Pós-Graduação Em Geografia Da Universidade Federal Da Bahia, 2023, Vol.19.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. In: Anuário do Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 35-41, jan./jun. 1992.

_____. Tempo, Espaço e Geografia – um ensaio. In: R. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 285-294, jan./jun. 2019.

FAUSTO, B. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. História do Brasil. 14 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FREITAS, Ennia Carolina da Silva. Igreja, anticomunismo e a ditadura civil-militar em Alagoas: a atuação de Dom Adelmo Cavalcante Machado frente à Arquidiocese de Maceió (1955-1976). 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2012. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.

_____. Censo Demográfico do Brasil 2022. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.

NUNES, M. M. M. A Arquidiocese de Maceió: Uma análise no processo de estruturação da Igreja Católica no Território Alagoano (1892-1920). Maceió: Editora CESMAC. 2022.

QUEIROZ, Álvaro. Notas de história da igreja nas Alagoas. Maceió: Edufal, 2015, p.351.

ROSENDAHL, Z. Primeiro a devoção depois a devoção: estratégias espaciais da igreja Católica no Brasil de 1500 a 2015. Rio de Janeiro: EdUERJ,2012.

ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. Difusão e territórios diocesanos no Brasil, 1551–1930. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (65).

TENÓRIO, D. A. Maçaió-K, Maçayó, Maceió. 1. ed. Maceió: Editora CESMAC, 2019. v. 200. 170p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, Egberto Ribeiro et al. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Revista de Saúde Pública, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 507-514, jun. 2005.